



CNPJ: 01.809.474/0001-41

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

**TOMADA DE PREÇO Nº. 008/2018
(Menor Preço global)**

A Prefeitura Municipal de Natividade – TO, através da sua Comissão de Licitação torna público para o conhecimento dos interessados que realizara a licitação na Modalidade de Tomada de Preço, julgada no regime de empreitada por menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa para a conclusão da obra de ampliação do balneário córrego da praia neste Município de Natividade – TO, conforme Contrato de Repasse nº 0301274-72/2009, de acordo com as especificações contidas nas planilhas orçamentárias no anexo II (Termo de Referência) deste edital, em virtude da demanda existente, junto a Secretária Municipal de Turismo e Cultura, com data de abertura prevista para ser realizado no dia 20 de Novembro de 2018 as 16h30min, na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Natividade – TO, situado na Sede deste Órgão, situado na Rua 07 de Setembro nº 31 - CEP: 77.370-000 - Centro - Fone: (63) 3372-1798, O Edital poderá ser lido e obtido com seus anexos bem como serão prestadas as informações necessárias na sala da CPL/PMN, nos dias úteis das 07h00min às 13h00min.

Natividade- TO, 01 de Novembro de 2018.

WILLIAN DIAS FURTADO
Presidente da C.P.L



CNPJ: 01.809.474/0001-41

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 008/2018.

(Menor Preço global)

A Prefeitura Municipal de Natividade, Estado do Tocantins, Inscrita no CNPJ sob o Nº 01.809.474/0001-41, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que foi feita a publicação do edital da licitação na modalidade Tomada de Preço Nº 008/2018, na forma de execução indireta, julgada no regime de empreitada por menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa para a conclusão da obra de ampliação do balneário córrego da praia neste Município de Natividade – TO, conforme Contrato de Repasse nº 0301274-72/2009, de acordo com as especificações contidas nas planilhas orçamentárias no anexo II (Termo de Referência) deste edital, em virtude da demanda existente, junto a Secretária Municipal de Turismo e Cultura, no qual o mesmo será realizado no dia 20 de Novembro de 2018 às 16h30min, na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Natividade - To, situada na Rua 07 de Setembro nº 31 - CEP: 77.370-000 - Centro - Fone: (63) 3372-1798, na Cidade de Natividade – To, O procedimento licitatório obedecerá à Lei n.º 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, alterada pelas Leis n.º 8.883/94 e n.º 9.648/98, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 6.204, de 05 de dezembro de 2007, bem como à legislação correlata e demais exigências previstas no presente edital.

Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes neste edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

As empresas participantes poderão ser representadas no procedimento licitatório por representante legalmente habilitado, desde que apresentado o instrumento de representação, até o início da sessão.

Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.

ANEXO I – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.

ANEXO II – TERMO DE REFERENCIA - PLANILHAS ORÇAMENTARIAS.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO.

ANEXO IV – CARTA CREDENCIAL PARA REPRESENTANTE.

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA AO LOCAL DA OBRA.

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE.

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL.

ANEXO IX – CREDENCIAL PARA VISITA TÉCNICA.

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Quando for o caso).



CNPJ: 01.809.474/0001-41

ANEXO – XI - DECLARAÇÃO NÃO POSSUI SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Artigo 17, inciso XI da Lei 13.473/2017).

ANEXO – XII - DECLARAÇÃO NÃO POSSUI SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Artigo 18, inciso XII da Lei 13.408/2016).

CAPÍTULO 01. – OBJETO DA LICITAÇÃO:

- 01.1 A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa para a conclusão da obra de ampliação do balneário córrego da praia neste Município de Natividade – TO, conforme Contrato de Repasse nº 0301274-72/2009, de acordo com as especificações contidas no anexo II (Termo de Referência) deste edital, em virtude da demanda existente, junto a Secretária Municipal de Turismo e Cultura, sendo que as planilhas orçamentárias estão devidamente discriminadas no anexo II do presente edital do certame.

CAPÍTULO 02 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- 02.1 O prazo de execução dos serviços, objeto da presente Tomada de Preço é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do termo de contrato, e emissão da Ordem de Serviços autorizando o início da execução, da Obra.
- 02.2 O prazo máximo para início dos serviços será de até 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço emitida pela Secretário Municipal de Turismo e Cultura de Natividade - TO, autorizando o início da execução.
- 02.3 A ocorrência de paralisação da obra pela contratada deverá ser registrada no Diário de Obra para efeito de apuração de responsabilidades.

CAPÍTULO 03 – DOCUMENTOS TÉCNICOS DISPONÍVEIS

- 03.1 Os documentos técnicos, que são parte integrante deste edital, com todos os elementos indispensáveis à formalização das propostas pelas empresas interessadas, são os seguintes:

a) Minuta de Anexos I a XII.

CAPÍTULO 04 – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 04.1 O tipo de licitação adotado para a execução das obras e serviços de engenharia será na forma de execução indireta, julgada no regime de empreitada por Menor Preço Global, de acordo com o disposto no Artigo 45, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.
- 04.2 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária do ano em vigor.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.695.0215.1.014 - Construção de Balneário Público.

Rua 07 de Setembro nº 31 - CEP: 77.370-000 - Centro - Fone: (63) 3372-1798

E-mail: licitacao.natividade19@gmail.com



CNPJ: 01.809.474/0001-41

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações.

04.3 O valor máximo admitido para execução dos serviços objeto da presente licitação é de R\$: 97.992,28 (Noventa e sete mil, novecentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos) de acordo com as planilhas em anexo a este edital;

04.4 Não serão aceitos preços unitários superiores aos da planilha de quantitativos e serviços constante do presente Edital.

CAPÍTULO 05 – AQUISIÇÃO DO EDITAL E ANEXOS / FORMAS DE CONSULTA

05.1 Este edital, bem como as peças que o integram, encontram-se disponíveis aos interessados para consulta na sala da Comissão Permanente de Licitação do Município, localizada na sede da Prefeitura de Natividade - To, à Rua 07 de Setembro nº 31 - CEP: 77.370-000 - Centro - Fone: (63) 3372-1798, no horário de 07h00min às 13h00min, de Segunda a Sexta - feira, podendo ser adquirido gratuitamente junto a C.P.L., até 03 (três) dias úteis antes da sessão inicial da presente licitação, indicada no preâmbulo deste edital.

05.2 As informações e os esclarecimentos complementares sobre este edital e seus anexos poderão ser solicitados à Comissão pelos interessados, por escrito no local, dia e horário estabelecidos no item 5.1, até 72 (setenta e duas) horas anterior à data da sessão inicial referida no preâmbulo deste Edital; cabendo à Comissão responder por escrito e pelas mesmas vias, os esclarecimentos solicitados, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da sessão inicial da licitação.

05.3 Serão afixados no quadro próprio de Aviso da Prefeitura Municipal, todos os pedidos de esclarecimento com suas respectivas respostas, fornecidas pela Comissão de Licitação.

05.4 A elaboração da proposta, bem como a apresentação dos documentos exigidos neste edital, a visita ao local da obra, e a participação nas sessões públicas que serão realizadas, são de inteira responsabilidade da empresa proponente, não cabendo em qualquer hipótese a Prefeitura Municipal o ressarcimento dos valores despendidos para com a sua elaboração, mesmo em caso de cancelamento do processo licitatório.

CAPÍTULO 06 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO LEGAL

6.1 - No dia, horário e local designado para recebimento dos envelopes, a Licitante deverá apresentar um representante para credenciamento, sendo recomendável sua presença com até 10 (dez) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura, da seguinte forma:

a) Se por seu titular, diretor, sócio, munido de cópia do Estatuto Social ou Contrato Social acompanhado das cópias dos documentos pessoais do proprietário ou dos sócios (devidamente autenticado) e instrumento que lhe confira poderes expressos para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente;

b) Se por outra pessoa, devidamente munida por instrumento público ou particular de procuração, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais



CNPJ: 01.809.474/0001-41

atos pertinentes ao certame em nome da representada, devendo identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, acompanhado, munido de cópia do Estatuto Social ou Contrato Social acompanhado das cópias dos documentos pessoais do proprietário ou dos sócios (devidamente autenticado).

6.2 - Todas as licitantes deverão apresentar, antes da entrega dos envelopes, o comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, a procuração (quando for o caso), Carta Credencial Para Representante (anexo IV), Declaração de Inexistência de Fato Superveniente (anexo VI), Declaração de Conhecimento das Condições do Edital (anexo VIII), Declaração de Enquadramento Como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Quando for o caso); (anexo X), a ausência das referidas declarações não constitui motivo para a exclusão da Licitante do certame, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela licitante, inclusive de assinar ata.

6.3 - Somente as Licitantes que atenderem aos requisitos do item 6.2 terão poderes para se manifestar verbalmente na sessão, e se manifestarem após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Comissão de Licitação, assinar a Ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente. A Licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de recorrer dos atos da Comissão de Licitação.

6.4 - Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais é admitida a participação de outros Proponentes.

CAPÍTULO 7 - CONCORRENTES ELEGÍVEIS

- 07.1 Poderão participar da presente licitação somente empresas nacionais, legalmente constituídas.
- 07.2 O capital social integralizado ou o patrimônio líquido exigido, de cada licitante, até a data da apresentação das propostas, deverá corresponder no mínimo a 10 % (dez por cento) do valor de sua proposta em conformidade com os parágrafos 2º e 3º do Art. 31 da Lei nº 8.666/93.
- 07.3 O valor do capital social integralizado ou o patrimônio líquido exigido das licitantes, será considerado como sendo aquele que for discriminado no documento apresentado, na forma da Lei, para atender a exigência do item 10.4.2, do capítulo 10, deste Edital, cujo valor não poderá ser divergente ao descrito nos demais documentos, sob pena de desclassificação, a menos que seja devidamente justificado por declaração expressa, apresentada nos parâmetros legais.
- 07.4 Por força da Lei Complementar n.º 123/2006 e do art. 34 da Lei n.º 11.488/2007, as Microempresas-MEs, as empresas de Pequeno Porte-EPPs e as Cooperativas a estas equiparadas-COOPs que tenham interesse em participar desta licitação, deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:
- a) No momento da oportuna fase habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma ME, EPP ou COOP, deverá ser apresentada, no respectivo envelope, toda a documentação exigida neste Edital, ainda que os documentos pertinentes à Regularidade Fiscal, apresentem alguma restrição, bem como alguma

CNPJ: 01.809.474/0001-41

espécie de documento que venha comprovar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

- b) Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para MEs, EPPs ou COOPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por MEs, EPPs ou COOPs sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a melhor proposta classificada.

07.5.1 Para efeito do disposto no item acima, caracterizando o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

- a) A ME, EPP ou COOP mais bem classificada terá oportunidade de apresentar proposta verbal no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após abertura das propostas, sob pena de preclusão;
- b) A nova proposta de preço mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME, EPP ou COOP), desde que seu preço seja aceitável e a licitante atenda às exigências habilitatórias;
- c) A nova proposta, com planilha adequada, deverá ser apresentada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- d) Não ocorrendo a contratação da ME, EPP ou COOP, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs, EPPs ou COOPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- e) No caso de equivalência de valores apresentados pelas MEs, EPPs e COOPs que se encontrem enquadradas no item 07.5, alínea b, será realizado sorteio entre elas para se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- f) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no 07.5, alínea b, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- g) O procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por MEs, EPPs ou COOPs;
- h) A nova proposta deverá ser apresentada de forma escrita no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas.

07.5 A participação na licitação implica na aceitação integral do ato convocatório, bem como da observância integral do Edital e seus anexos.

07.6 Ficam impedidas de participar da presente Tomada de Preços nº 008/2018:

- As empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- Empresas que tenham sócios e/ou dirigentes que sejam servidor da Administração;
- Empresas que na forma do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, utilizam em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de dezoito e em qualquer trabalho menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- As empresas que estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária, imposta por qualquer Órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no Art. 88 da Lei nº 8.666/93;
- As empresas que estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;



CNPJ: 01.809.474/0001-41

- Pessoas Físicas.

07.7 Todas as especificações constantes dos anexos deste edital, são requisitos mínimos e obrigatórios para a contratação dos serviços. Portanto, não será considerada e será desclassificada a proposta que deixar de atender a qualquer dos requisitos solicitados.

CAPÍTULO 08 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

08.1 A documentação e as propostas deverão ser apresentadas em envelopes separados, lacrados e identificados da seguinte forma:

08.1.1 ENVELOPE 01: Documentação de Habilitação

PARA:
PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE – TO.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL.
TOMADA DE PREÇO Nº 008/2018.
ENVELOPE: Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO.
NOME DA EMPRESA LICITANTE:
CNPJ:

08.1.2 ENVELOPE 02: Proposta de Preços

PARA:
PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE – TO.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL.
TOMADA DE PREÇO Nº 008/2018.
ENVELOPE: Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS.
NOME DA EMPRESA LICITANTE:
CNPJ:

CAPÍTULO 09 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES 01 e 02

- 09.1 Na data, horário e local indicado neste Edital, será aberta a sessão pública. A Comissão de Licitação receberá de cada licitante os envelopes contendo, um a Documentação para Habilitação e outro(s) contendo a Proposta Técnico – Financeira .
- 09.2 A inversão dos documentos no interior dos invólucros, ou seja, a colocação da proposta comercial no invólucro dos documentos de habilitação e vice-versa, acarretará a exclusão sumária da Licitante do certame.

CNPJ: 01.809.474/0001-41

- 09.3 A entrega dos envelopes será feita pelo representante de cada licitante na presença dos demais, obrigatoriamente na data, hora e local indicados neste Edital, não sendo permitida a entrega posterior de qualquer documento.
- 09.4 Após o Presidente da Comissão ter declarado estar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito, procedendo-se então ao exame dos mesmos que serão vistados pelos Licitantes antes da abertura. Em seguida dar-se-á a abertura dos envelopes de nº. 01, contendo a documentação de habilitação, que será conferida, examinada e rubricada pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes.
- 09.5 O Presidente da Comissão de Licitação, após a abertura do envelope de Nº. 01, juntamente com todos os membros fará a conferência da documentação, observando estritamente os documentos exigidos.
- 09.6 A Comissão poderá suspender a sessão, sempre que julgar necessário, para analisar os documentos apresentados pelas licitantes, objetivando confirmar as informações prestadas.
- 09.7 Nesta hipótese, os documentos e os envelopes contendo as Propostas serão rubricados pelos representantes das licitantes presentes e pelos membros da Comissão, ficando sob sua guarda, para abertura em outra sessão pública a ser indicada na Ata de reunião.
- 09.8 A não apresentação dos documentos solicitados ou a apresentação dos mesmos com vícios, defeitos ou fora do prazo de validade, ou a não apresentação de originais válidos, implicará em automática inabilitação da licitante.
- 09.9 Encerrado o exame da documentação de Habilitação e havendo renúncia expressa das licitantes do direito de recorrer, a comissão, dará início à abertura dos envelopes nº 02 das empresas habilitadas, contendo as Propostas, as quais serão conferidas, examinadas e rubricadas pela Comissão e representantes das licitantes.
- 09.10 Não havendo desistência expressa das licitantes do direito de recorrer, a comissão interromperá os trabalhos, lavrando previamente ata de reunião na fase de habilitação, a qual será assinada pelos seus membros e pelos representantes das licitantes presentes.
- 09.11 Julgados os recursos interposto, ou decorrido o prazo para sua interposição, as licitantes habilitadas serão notificadas, por escrito, a comparecerem em local, dia e hora estipulados, a fim de participarem da sessão pública de abertura das propostas.
- 09.12 O não comparecimento de qualquer dos participantes à nova reunião marcada não impedirá que ela se realize, não cabendo reclamação de qualquer natureza.
- 09.13 As propostas dos licitantes que não forem considerados habilitados permanecerão em poder da Comissão, com os envelopes devidamente lacrados e rubricados por todos os participantes, até o término do prazo recursal previsto na Lei nº 8.666/93, quando então os respectivos envelopes lacrados e inviolados serão devolvidos aos

CNPJ: 01.809.474/0001-41

licitantes inabilitados, ressalvados os casos de renúncias expressas à interposição de recurso, hipótese essa, em que as propostas serão devolvidas na própria reunião.

- 09.14 Das reuniões distintas, se houverem, serão lavradas atas circunstanciadas que mencionarão todos os licitantes presentes ou não, o documento de identificação de cada representante legal, as propostas apresentadas, as reclamações, as impugnações, os recursos e decisões relativas ao ato, bem como, as demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação, devendo as referidas atas serem assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes presentes. Não será levada em consideração nenhuma das declarações feitas posteriormente.

CAPÍTULO 10 – DA HABILITAÇÃO

- 10.1 Demonstrativo de Capacidade Financeira, comprovando com dados do Balanço, que a empresa concorrente possui índice de liquidez corrente igual ou superior a 1,0 (um), calculado conforme fórmula seguinte:

ILC = Índice de Liquidez Corrente.
AC = Ativo Circulante.
PC = Passivo Circulante.

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

- 10.2 O demonstrativo exigido no item acima deverá ser apresentado devidamente assinado pelo representante legal da concorrente e por contador legalmente habilitado.
- 10.3 As licitantes deverão apresentar no envelope nº 01, os seguintes documentos complementares para serem consideradas habilitadas:

10.4.1 Da Visita Técnica ao local da obra;

a) Visita ao local da obra - As licitantes deverão visitar o local da obra de seu interesse, às suas expensas, no qual deverá sair da sede da Prefeitura Municipal de Natividade – To, acompanhado do técnico responsável ou de um representante designado pelo Município, dentro do horário normal de expediente da Prefeitura, sendo que a visita técnica deverá ser previamente agendada via ofício junto a sala da CPL com até 24 horas antes do dia da visita técnica (não será aceito ofício enviados por fax e nem por e-mail), no qual a mesma poderá ser feita até a data limite de 13 de Novembro de 2018, sendo que a mesma deverá ser feita pelo engenheiro ou arquiteto da empresa proponente, no qual deverá apresentar o devido credenciamento, e ser obrigatoriamente pertencente ao quadro de funcionários permanentes da empresa portando documento de credencial para visita técnica (conforme anexo IX) da firma licitante autorizando a sua participação na visita, oportunidade em que tomará conhecimento de todos os aspectos que possam intervir direta ou indiretamente na realização da obra;

b) No momento da realização da visita Técnica, será exigida do visitante credenciado a apresentação dos seguintes documentos:



CNPJ: 01.809.474/0001-41

- c) Credencial para visita técnica (conforme anexo IX) do representante emitida em papel timbrado da empresa interessada e assinada pelo proprietário/sócio da empresa ou seu representante legal (obrigatório a apresentação de documento para a comprovação de representante legal);
- d) Cópia Simples da Carteira profissional do CREA, do representante credenciado da licitante para visita técnica.
- e) Comprovação de que o mesmo faz parte do quadro de funcionários permanente da empresa licitante.
- f) O não comparecimento do representante técnico da empresa licitante, na Visita Técnica ao local da obra até a data limite contida neste edital conforme consta no item 10.4.1 alínea “a”, ensejará a imediata inabilitação da empresa;
- g) Da visita técnica será expedida para cada empresa participante a declaração de visita técnica ao local da obra (conforme anexo V), no qual será assinando pelo responsável da Prefeitura Municipal de Natividade – TO, e o representante legal da empresa participante, no qual a mesma deverá constar obrigatoriamente dentro do envelope de habilitação da empresa.

10.4.2 Documentação Relativa à Capacidade Jurídica:

- a) Registro Comercial no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor acompanhado da última alteração consolidada quando existir, acompanhado da cópia do RG e CPF dos Sócios representantes da sociedade, e, no caso de sociedades por ações, acompanhadas também dos documentos de eleições de seus administradores;
- b) Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação na forma do § 2º, do art. 32, da Lei nº 8.666/93, assinada por sócio-gerente ou dirigente, devidamente identificado;
- c) Declaração de que a licitante conhece todas as condições do presente Edital e que tomou conhecimento de todos os fatores que repercutem direta ou indiretamente na execução do objeto da licitação;
- d) Procuração por instrumento público e/ou particular, comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por Diretor(es), além de poderes especiais para renunciar a direitos em geral em nome do outorgante, em especial quanto à interposição de recursos.

10.4.3 Documentação Relativa à Qualificação Econômica - Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação

CNPJ: 01.809.474/0001-41

financeira da, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, sendo que o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente.

- b.1) Ocorrendo alteração do Capital Social após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação que comprove essa alteração, devidamente registrada na junta comercial.
- c) Comprovação da boa situação financeira, conforme item 10.2.
- d) Prova de possuir capital social igual ou superior a 10 % (dez) por cento do valor estimada para a contratação conforme item 4.3 do edital, correspondente a presente licitação, comprovando-se exclusivamente pela apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, da sede do licitante, tendo sido a mesma emitida em prazo máximo de 30 (trinta) dias anterior à data marcada para a abertura do certame e o recebimento dos envelopes de credenciamento, habilitação e proposta de preço.

10.4.4 Documentação Relativa à Regularidade Fiscal:

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fazer a prestação dos serviços objeto da presente licitação, com o ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- b) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa dos tributos Federais e Dívida Ativa da União e quanto às contribuições previdenciárias e às de terceiros, emitida pela Receita Federal do Brasil (ou de acordo com a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, vigente a partir do dia 02 de Outubro de 2014.);
- c) Certificado de Regularidade com o FGTS, válido e em dia, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (TST), mediante a apresentação de certidão negativa nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou instrumento equivalente, em plena validade.
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou instrumento equivalente, em plena validade.
- g) Cópia do Alvará de Funcionamento do estabelecimento (2018);
- h) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do domicílio ou sede do licitante;
- i) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- j) Certidão que não se encontra na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU; e

CNPJ: 01.809.474/0001-41

k) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

10.4.5 Documentação Relativa à Qualificação Técnica:

- a) Certidão de Registro e quitação no Conselho Regional de Engenharia Agronomia e Arquitetura – CREA, entidade incumbida da fiscalização do exercício profissional, dentro do prazo de validade.
- b) Para os Técnicos que não fizerem parte da Certidão de Registro da Empresa no CREA, deverão ser apresentadas as Guias de recolhimento das anuidades correspondentes, ou certidão de quitação com o CREA;
- c) Declaração de Visita Técnica obrigatório ao local onde serão realizados a Obra/Serviços, conforme determina este Edital (Anexo V);
- d) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando ter a empresa licitante ou seu Responsável Técnico, executado obras ou serviços com características semelhantes as da presente licitação, de conformidade com as limitações estipuladas no inciso I, do § 1º, do art. 30 da Lei Nº. 8.666/93;
 - d.1) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão automaticamente inabilitadas.
 - d.2) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto, responsável técnico pela execução das obras ou serviços objeto da presente licitação, devidamente registrado no CREA, detentor de Acervo Técnico de obras ou serviços com características semelhantes as da presente licitação devidamente registrado no CREA;
- e) Declaração expressa do engenheiro autorizando a inclusão do seu nome como Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto da presente licitação;
- f) Declaração do Responsável Técnico pelos trabalhos, de que não possui vínculo empregatício com o serviço público Federal, Estadual ou Municipal.

10.4.6 Declaração expressa da empresa de que não possuem sócios e/ou dirigentes que sejam servidor da Administração;

10.4.7 Todos os documentos exigidos pertinentes à constituição legal da empresa referem-se à jurisdição do local da sede do licitante.

10.4.8 A documentação acima deverá ser apresentada em uma única via no formato A-4, com suas folhas devidamente rubricadas, impressas ou datilografadas, escritas em língua portuguesa, sem emendas, rasuras e/ou repetições.

10.4.9 As empresas poderão apresentar a documentação em original, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, ou ainda por cópia acompanhada do original a fim de ser autenticada por qualquer membro da Comissão (artigo 32 da Lei nº 8.666/93), ou publicada em Órgão da Imprensa Oficial. Se a

CNPJ: 01.809.474/0001-41

empresa preferir que sua documentação seja autenticada por membros da Comissão de Licitação deverá apresentá-la com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da abertura da Licitação, para não causar perda de tempo na análise da documentação das Empresas que estão participando da Licitação.

- 10.4.10 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para habilitação da presente licitação, serão consideradas inabilitadas, não sendo admitida, em hipótese alguma, complementação posterior, salvo os casos em que estiver assegurado na lei 123/2006.
- 10.4.11 Após a fase de habilitação, não caberá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão (§ 6º, Art. 43, da Lei nº 8.666/93).
- 10.4.12 Os documentos em que o prazo de validade não estiver estipulado expressamente, ou fixado em lei, serão tidos como válidos pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão.

CAPÍTULO 11 – DA PROPOSTA

- 11.1 A proposta, Envelope Nº 02, deverá ser elaborada de acordo com a legislação em vigor, pertinente ao objeto da presente licitação, e apresentar os seguintes requisitos: Ser apresentada em 01 (uma) via impressa ou datilografada, escrita em língua portuguesa, sem emendas, rasuras e/ou repetições. Todas as folhas e seus anexos deverão ser numerados. Os volumes (vias) deverão ser entregues em separado, no formato A-4.
- 11.2
- 11.3 **A proposta deverá conter:**
- Carta de apresentação da Proposta assinada pela licitante contendo Razão Social da empresa, CNPJ, endereço completo, nº do telefone ou fax nome e nº do banco, nome e nº da agência bancária e nº da conta corrente para fins de pagamento;
 - Carta proposta comercial discriminando o prazo de execução da obra, o preço global para a realização completa da mesma, cotado em moeda nacional, em algarismos e também por extenso prevalecendo este último, o prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias e o mês de referência. O preço proposto é de exclusiva e total responsabilidade da licitante não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração seja para mais ou para menos.
 - A carta deverá referendar que o valor da proposta foi calculado a partir da Planilha Estimativa de Quantitativos e Serviços fornecida por esta CPL, em anexo a este Edital, na qual a proponente apresenta seus respectivos preços unitários, cotados obrigatoriamente, em moeda corrente nacional e na composição destes encontram-se inclusos todos os custos diretos e indiretos incidentes na obra.
 - Declaração formal de que no preço global apresentado encontram-se computadas todas as despesas necessárias ao completo cumprimento do objeto, incluídos os materiais, mão-de-obra, encargos sociais, impostos, taxas e emolumentos, aos quais a licitante, vindo a ser contratada, se

CNPJ: 01.809.474/0001-41

- compromete pela integral liquidação, isentando completamente a Secretária Municipal de Turismo e Cultura desta responsabilidade;
- e) Declaração expressa da proponente que conhece o local da obra e as influências salariais reinantes na região e que assume total e absoluta responsabilidade no atendimento da solução de qualquer que seja o valor da mão de obra local bem como, que conhece os aspectos e regimes físicos e climáticos onde será executada a obra;
 - f) Declaração expressa do engenheiro Responsável Técnico de que tem conhecimento de que o seu nome está lavrado no atestado de visita, conforme especificado neste Edital e de que nada existe que venha a prejudicar o bom andamento da execução;
 - g) Planilha Orçamentária elaborada a partir da aplicação dos preços unitários obtidos nas composições de custos unitários mencionados na alínea "j" deste subitem e nos quantitativos volumétricos fornecidos na planilha de quantidades.
 - h) Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo, bem como aquelas que contiverem rasuras, emendas ou entrelinhas, de modo a ensejar dúvida, principalmente em relação a valores.
 - i) Será desclassificada a empresa que apresentar em sua composição de preços unitários, valores de mão de obra inferiores aos pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por Dissídio Coletivo, Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho do Município onde ocorrerá o serviço, ou quando esta abranger mais de um município.
 - j) As propostas de Preço que não atenderem às condições desta licitação, que oferecerem alternativas de ofertas e cotações, bem como vantagens nela não previstas ou preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, serão desclassificadas.

CAPÍTULO 12 – DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 12.1 Transcorrido o prazo sem interposição de recursos, ou caso tenha havido desistência expressa em ata, ou ainda, após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertos os envelopes contendo as propostas dos licitantes habilitados, as quais serão rubricadas por todos os presentes, facultando-se aos interessados o seu exame no local da abertura.
- 12.2 Aberto o envelope nº 2, os documentos contidos serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes das empresas e a estes franqueados para exame;
- 12.3 Após esses procedimentos, será lavrada ata que será assinada pelos representantes das licitantes e membros da Comissão;
- 12.4 Competirá a Comissão Permanente de Licitação proceder ao julgamento das propostas, atendendo sempre aos critérios preestabelecidos nos atos convocatórios e seus anexos, observada a legislação em vigor.
- 12.5 Será desclassificada a empresa que apresentar proposta de preços inaceitáveis, excessivos, ou manifestamente inexequíveis (Artigo 48, Inciso II da Lei nº 8.666/93).

CNPJ: 01.809.474/0001-41

- 12.6 O vencedor da licitação será a empresa que propor o menor preço por empreitada global, a classificação dar-se-á relacionando em primeiro lugar a proposta que, entre as qualificadas, apresentar o menor preço por empreitada global. As demais qualificadas serão classificadas em ordem seqüencial em relação à de menor preço, conforme disposto no § 3º, do art. 45, da Lei Nº 8.666/93.
- 12.7 Havendo empate nos preços propostos, será conhecido o vencedor por sorteio (Artigo 45, § 2º da Lei nº 8.666/93); em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. O não comparecimento de qualquer licitante, não impedirá que se realize o sorteio;
- 12.8 A Comissão de Licitação poderá pedir esclarecimentos e informações adicionais a qualquer um dos licitantes sobre suas ofertas, porém, estas não poderão ser modificadas.
- 12.9 Após abertura pública das propostas, informações relativas ao exame, esclarecimentos, julgamento, comparação das propostas, e recomendação para a contratação, não poderão ser divulgadas às licitantes ou a outras pessoas não oficialmente envolvidas no processo, até a proclamação do resultado da licitação;
- 12.10 Quaisquer tentativas de uma licitante para influenciar a Comissão no processo de exame, esclarecimento, avaliação e comparação das propostas e em decisões concernentes à contratação, poderão resultar na rejeição da proposta dessa concorrente.
- 12.11 Durante o exame, julgamento e comparação, a Comissão poderá solicitar às licitantes, individualmente, esclarecimento sobre suas propostas, incluindo composições de preços unitários, os pedidos de esclarecimento e as respostas deverão ser realizados por escrito, através de ofício, telegrama ou fac-símile, e não serão aceitos pedidos de esclarecimentos por e-mail, mas nenhuma mudança no preço ou substância da proposta poderá ser insinuada, ofertada ou permitida, exceto se requerida para confirmar a correção de erros aritméticos descobertos pela Comissão durante a avaliação das propostas.
- 12.12 No caso de constatação de erros aritméticos a Comissão procederá à correção da seguinte maneira:
- a) Se existir discrepância entre os valores em algarismo e por extenso, esses últimos prevalecerão;
 - b) Se existir discrepância entre o preço unitário e o valor total, resultados da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, a menos que, na opinião da Comissão, exista erro grosseiro e óbvio de pontuação decimal no preço unitário neste caso o valor total cotado prevalecerá e o preço unitário será corrigido.
- 12.12.1 O valor estabelecido na proposta será ajustado pela Comissão de acordo com o procedimento retro mencionado para correção de erros e com a ciência da licitante, que deverá ser comunicada por escrito antes de quaisquer considerações.

CNPJ: 01.809.474/0001-41

- 12.13 A comissão procederá ao exame e julgamento das propostas de conformidade com a relação descrita no Capítulo 11.
- 12.14 Não será tolerada divergência de valores entre os preços unitários do quadro demonstrativos de custos horários dos equipamentos para a composição de custos e, desta para a planilha orçamentária para a mesma etapa da obra, exceto aos casos que se enquadrem na situação referida no subitem 12.12, desta seção.
- 12.15 Serão consideradas classificadas as propostas que atenderem as exigências deste Edital e desclassificadas aquelas que deixarem de observar as exigências do Capítulo 10, no todo ou em qualquer de suas partes.
- 12.16 A Prefeitura Municipal de Natividade - TO, através da Comissão Permanente de Licitação, poderá declarar esta Tomada de Preços deserta, quando nenhuma das ofertas satisfaça o objeto das especificações deste Edital.
- 12.17 Procedido ao julgamento e classificação das propostas, a Comissão de Licitação afixará no Diário Oficial da União e no Placard Oficial da Prefeitura Municipal de Natividade – TO, o resultado da presente Tomada de Preço nº 008/2018.

CAPÍTULO 13 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- 13.1 A homologação será assinada pela Senhora Prefeita Municipal de Natividade – To, logo após a Licitante vencedora será notificada para o recebimento e assinatura do instrumento contratual.
- 13.2 Decorrido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da notificação, sem que a Licitante vencedora tenha atendido ao chamado para assinatura do instrumento contratual, o Município a seu único e exclusivo critério, notificará a segunda classificada e, assim sucessivamente, observando o constante no parágrafo 2º do Artigo 64 da Lei n.º 8.666/93, alterações de Leis n.º 8.883/94 e n.º 9.648/98.

CAPÍTULO 14 - DO CONTRATO

- 14.1 A Prefeita Municipal de Natividade – To, e a Licitante vencedora assinarão o contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da data da convocação para este fim expedido pela CPL, sob pena de decair do direito à contratação.
- 14.2 A recusa injusta da Licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Prefeita Municipal de Natividade – To do contratante caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a contratada as sanções previstas neste edital com fulcro na legislação pertinente.
- 14.3 O Contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias , podendo ser aditivado no prazo e no valor dentro dos critérios legais devidamente justificado, obedecendo os limites previstos no art. 57 e 65 da lei n.º 8.666 de 21/06/93 e alterações das leis n.º 8.883/94 e n.º 9.648/98.



CNPJ: 01.809.474/0001-41

- 14.4 A contratada é obrigada a reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, defeitos ou incorreções dos serviços executados.
- 14.5 A contratada se obriga pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em virtude da fiscalização ou acompanhamento pela Secretária Municipal de Turismo e Cultura.
- 14.6 É garantida a Prefeitura Municipal o direito de efetuar ações de auditoria técnica na empresa a ser contratada no sentido de auferir o fiel atendimento aos requisitos técnicos especificados através deste documento.
- 14.7 O contrato poderá ser rescindido nos termos do disposto nos artigos 78 e 79, da lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CAPÍTULO 15 - DO PAGAMENTO/ PENALIDADES FINANCEIRAS:

- 15.1 O pagamento do preço ajustado, será efetuado pela Secretária Municipal de Turismo e Cultura, após apresentação da Nota Fiscal de fatura dos serviços efetivamente realizados, devidamente atestada pelo responsável técnico do Município designado pela Secretária Municipal de Turismo e Cultura.
- 15.2 No caso de eventuais atrasos no pagamento das faturas apresentadas pela contratada, o contratante se obriga a aplicar “pro rata tempore”, a partir da data do vencimento, multa de 1% sobre o valor requerido.

CAPÍTULO 16 - DO PRAZO

- 16.1 O prazo previsto para a execução dos serviços, descrito no sub-item 02.1 é 60 (sessenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço.
- 16.2 O valor e prazo de conclusão dos serviços poderão ser aditivados por iniciativa do Município, justificada a conveniência administrativa:
 - 16.2.1 Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução dos serviços.
 - 16.2.2 Alteração do projeto ou modificações, pela administração.
 - 16.2.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites previstos no Artigo 57, Parágrafo I, Inciso IV, da Lei n.º 8666/93 de 21.06.93 e alterações de Leis n.º 8.883/94 e n.º 9.648/98.

CAPÍTULO 17 - DOS RECURSOS

- 17.1 Caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:
 - a) Habilitação ou inabilitação da Licitante;
 - b) Julgamento das propostas;

CNPJ: 01.809.474/0001-41

c) Anulação ou revogação da Licitação.

- 17.2 Somente os recursos referentes à habilitação ou inabilitação e julgamento das propostas terão efeito suspensivo.
- 17.3 A Prefeitura Municipal de Natividade - TO, por intermédio da Comissão, após parecer da Assessoria Jurídica do Município, poderá reconsiderar sua decisão que, nesse caso, deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.
- 17.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se este automaticamente para o primeiro dia útil, se cair em dia sem expediente.
- 17.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 17.6 As intimações de todos os atos serão realizados quando da leitura da ata ou mediante comunicação pessoal aos interessados, conforme o caso. Os demais recursos cabíveis obedecerão ao disposto na Lei n.º 8.666/93, alterações de Leis n.º 8.883/94 e n.º 9.648/98.

CAPÍTULO 18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 Os interessados deverão examinar cuidadosamente todos os documentos e exigências referentes à Licitação, podendo consultar, por escrito, à Comissão, no caso de dúvida, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para abertura, observando o prazo decadencial de impugnação nos termos do Artigo 41 parágrafo 2º da Lei n.º 8.666/93, alterações de Leis n.º 8.883/94 e n.º 9.648/98.
- 18.2 A Comissão no interesse público poderá relevar omissões desde que não seja infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- 18.3 A Comissão Permanente de Licitação – CPL pode prorrogar o Prazo limite para a apresentação das propostas pela emissão de Ordem Superior de Ofício, e Fundamentado em Despacho Publicado no mural da Prefeitura, Fundo Municipal e/ou imprensa, que deverá ser comunicado a todos adquirentes de edital, no qual todos os direitos e obrigações da Comissão Permanente de Licitação – CPL e dos Licitantes, anteriormente sujeitos ao prazo limite até então em vigor, passarão a obedecer a nova data, podendo também revogá-la ou anula-la, de ofício ou mediante provocação de terceiro, sempre em despacho fundamentado, sem que caiba aos participantes qualquer tipo de indenização.
- 18.4 Os esclarecimentos aos consultantes serão comunicados a todas as firmas que tenham adquirido o Edital, podendo tais esclarecimentos, a critério CPL, serem considerados como adendo ao edital.
- 18.5 As dúvidas oriundas da interpretação deste edital e possíveis omissões, serão dirimidas de acordo com as disposições constantes na Lei n.º 8.666/93, e nas alterações feitas pela Lei n.º 8.883/94 e n.º 9.648/98.



CNPJ: 01.809.474/0001-41

- 18.6 É facultativo à comissão, em qualquer fase da Licitação, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 18.7 A Licitante vencedora, além das disposições no contrato ou termo equivalente obriga-se a atender as normas e rotinas adotadas no procedimento administrativo.
- 18.8 As questões que eventualmente, possam surgir em decorrência deste edital e que não possam ser dirimidos administrativamente pela Assessoria Jurídica do Município, ficarão sujeitas ao Foro da Comarca de Natividade, Estado do Tocantins.
- 18.9 Os casos de impugnação deste Edital de Tomada de Preço Nº 008/2018 e de recursos serão apreciados e decididos pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, após prévio parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Natividade – TO, e da decisão superior, e quando necessário.

Natividade - To, 01 de Novembro de 2018.

WILLIAN DIAS FURTADO
Presidente da C.P.L



CNPJ: 01.809.474/0001-41

**ANEXO - I
TOMADA DE PREÇO N.º 008/2018.**

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Para:
Comissão Permanente de Licitação – Cpl.
Natividade – Tocantins.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa para a conclusão da obra de ampliação do balneário córrego da praia neste Município de Natividade – To, conforme Contrato de Repasse nº 0301274-72/2009, de acordo com as especificações contidas no anexo II (Termo de Referência) deste edital, em virtude da demanda existente, junto a Secretária Municipal de Turismo e Cultura, Incluindo todas as despesas de impostos, taxas e contribuições que incidam ou venham incidir sobre o valor dos serviços executados, consoante com o Edital.

DO VALOR:

Propomos executar os serviços descritos acima de acordo com as condições do Edital, Contrato e especificações da planilha, pelo preço global de R\$: _____ (em algarismo) _____ (por extenso), devendo ser discriminado a alíquota do imposto incidente sobre os serviços, bem como uma composição dos diversos componentes tributários dos serviços executados, tais como TAXAS, ISSQN, ICMS, IPI e outros.

DOS PRAZOS:

Propomos a executar os serviços pelo prazo de: 60 (sessenta) dias

A validade da proposta é de:

Esta proposta e sua aceitação, por escrito, constituir-se-ão em obrigação contratual entre as partes:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: _____



CNPJ: 01.809.474/0001-41

TOMADA DE PREÇO N.º 008/2018.

ANEXO - II

PLANILHAS

ORÇAMENTARIAS

PROJETOS BASICOS

MEMORIAL DESCRITIVO

CNPJ: 01.809.474/0001-41

PLANILHA ORÇAMENTARIA CONCLUSÃO DAS OBRAS

OBJETO: CONCLUSÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO BALNEÁRIO CÔRREGO PRAIA.

OBRA: CONSTRUÇÃO DE PALCO DE SHOWS EM NATIVIDADE
LOCAL: NATIVIDADE-TO

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 90,79%(HORA) 51,97%(MÊS)

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	SINAPI 03/2018
07	ESQUADRIAS COM FERRAGENS					
7.01	PORTA METALICA, CHAPA LISA ABRIR P/PINTURA INCLUSO GUARNIÇÕES 0,80x2,10m	M2	21,04	400,00	8.416,00	4930
7.02	JANELA EM VIDRO TEMPERADO ESP. 8.0mm	M2	13,34	162,21	2.163,88	72119
7.03	GRADE DE PROTEÇÃO METALICA REMOVÍVEL EM BARRA CHATA	M2	19,24	232,00	4.848,48	73932/001
	SUB TOTAL				15.428,36	
08	REVESTIMENTO					
8.01	AZULEJO BRANCO 15X15CM C/ARG.COLANTE (FORNEC/ASSENTAMENTO)	M2	133,14	27,30	4.180,83	93393
	SUB TOTAL				4.180,83	
09	INSTALAÇÃO HIDRÁULICA E SANITÁRIA					
09.01	CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDROMETRO	UN	1,00	59,70	59,70	95676
09.02	FORN/ASSENT. REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO CROMADO 1 1/2"	UN	8,00	103,34	826,72	94794
09.03	FORN/ASSENT. REGISTRO DE PRESSÃO COM ACABAMENTO CROMADO 3/4"	UN	1,00	49,93	49,93	89983
09.04	FORN/ASSENTAMENTO VALVULA DE DESCARGA BAIXA PRESSÃO 1 1/2 POL.	UN	7,00	138,04	966,28	40729
09.05	CAIXA DE GORDURA EM PVC 250X230X50MM 18 LITROS	UN	1,00	268,23	268,23	00033277
09.06	RALO SIFONADO 100x100x53x40 PVC	UN	4,00	19,33	77,32	89707
09.07	VASO SANITARIO LOUCA BR (NAOINCLUI CAIXA D ESC. OU VALVULA)	UN	7,00	172,03	1.204,21	95469
09.08	LAVATÓRIO LOUCA BRANCA, EMBUTIR, TORNEIRA METÁLICA CROMADA SIMPLES, SIFÃO E VÁLVULA DE PLÁSTICO.	UN	9,00	185,62	1.670,58	86942
09.09	CUBA DE AÇO INOX 400X340X110MM (NUMB) EM CHAPA 20.304 VÁLVULA DE ESCOAMENTO TP AMERICANA 1623 SIFÃO 168011/2"X11/2" EXCL. TORNEIRA FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	2,00	144,23	288,50	86900
09.10	BANCADA GRANITO CINZA L=60CM E=2,3CM EM PAREDE, S/APOIO	M2	4,30	250,00	1.075,00	00011795*0,6
09.11	KIT DE ACESSÓRIOS PARA BANHEIRO CROMADO	UN	7,00	52,72	369,04	39398
	SUB TOTAL				6.855,51	
10	INSTALAÇÕES ELETRICAS					
10.01	PADRÃO TRIFÁSICO, POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 200KG, H = 7M	UN	1,00	806,00	806,00	9540
10.02	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA COM TAMPA CONCRETO 40X40X40	UN	1,00	34,82	34,82	72285
10.03	CABO ISOLADO PVC 750V					
10.03.01	CABO ISOLADO PVC 750V # 1,5mm2	M	72,60	1,50	108,90	91924
10.03.02	CABO ISOLADO PVC 750V # 2,5mm2	M	827,30	2,19	1.812,23	91926
10.03.03	CABO ISOLADO PVC 750V # 4,0mm2	M	97,80	3,40	332,52	91928
10.03.04	CABO ISOLADO PVC 750V # 6,0mm2	M	24,00	4,60	110,40	91930
10.03.05	CABO ISOLADO PVC 750V # 10,0mm2	M	105,30	7,60	801,80	91932
10.04	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO					
10.04.01	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO UNIPOLAR FORN/COLOC 10A	UN	8,00	14,00	112,00	74130/001
10.04.02	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO UNIPOLAR FORN/COLOC 13A	UN	6,00	14,00	84,00	74130/001
10.04.03	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO UNIPOLAR FORN/COLOC 16A	UN	2,00	14,00	28,00	74130/001
10.04.04	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO UNIPOLAR FORN/COLOC 25A	UN	2,00	14,00	28,00	74130/001
10.05	TOMADAS - PONTOS DE FORÇA					
10.05.01	TOMADA HEXAGONAL NBR(14136) 2P+T 10A/20A/220V	UN	15,00	52,03	780,75	

CNPJ: 01.809.474/0001-41

PLANILHA ORÇAMENTARIA CONCLUSÃO DAS OBRAS

OBJETO: CONCLUSÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO BALNEÁRIO CORREGO PRAI

OBRA: CONSTRUÇÃO DE PALCO DE SHOWS EM NATIVIDADE
LOCAL: NATIVIDADE-TO

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 90,79%(HORA) 51,97%(MÊS)

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
10.06	INTERRUPTORES				-
10.06.01	1 TECLA SIMPLES PVC 3/4" - 4X2"	UN	3,00	62,47	187,41
10.06.02	1TECLASIMPLESCOMTOMADAACONJUGADAPVC3/4"-4X2"	UN	5,00	69,22	346,10
10.07	ATERRAMENTO				-
10.07.01	HASTE COPPERWELD 5/8" X 3,0M C/CONECTOR	UN	3,00	41,30	123,90
10.07.02	CABO DE COBRE NÚ #6,0 MM² PARA ATERRAMENTO	M	6,00	5,18	31,08
10.08	LUMINÁRIA				-
10.08.01	ARANDELA SOBREPORESPELHADO COB. P/ LÂMPADA INCANDESCENTE 100W	UN	6,00	60,96	365,76
10.08.02	LUMINÁRIA EMBUTIR P/ LÂMPADA COMPACTA SIMPLES	UN	25,00	22,00	550,00
10.09	LUMINÁRIA PARA LÂMPADA DE ALTA PRESSÃO				-
10.09.01	LUMINÁRIA PARA LÂMPADA DE ALTA PRESSÃO 250W VAPOR METÁLICO	UN	8,00	241,00	1.928,00
10.10	LÂMPADAS				-
10.10.01	FLUORESCENTE COMPACTA 11W	UN	20,00	10,11	202,20
10.10.02	FLUORESCENTE COMPACTA 13W	UN	5,00	10,11	50,55
10.10.03	INCANDESCENTE 100W	UN	6,00	2,00	12,00
	SUB TOTAL				8.856,42
11	PAVIMENTAÇÃO				
11.01	PISO CERAM. ESMALT (POPUL) SOBRE BASE REGUL C/ARG. CIM/ CAL/ AREIA S/ PENEIRAR 1:0,5:5 E=2,5CM INCL. REJUNTE/RODAPE	M2	25,64	43,30	1.110,04
	SUB TOTAL				1.110,04
12	PINTURA				
12.01	PINTURA LATEX ACRÍLICA INTERNA/EXTERNA 2 DEMAOS + 1 SELADOR, EM PAREDES - NÃO INCL EMASSAM	M2	819,37	12,95	10.610,84
12.02	EMASSAMENTO LAJE 2 DEMAOS C/MASSA CORRIDA PVA	M2	195,04	13,00	2.535,52
12.03	PINTURA LATEX ACRÍLICA PARA TETOS 2 DEMAOS + 1 SELADOR, EM PAREDES - NÃO INCL EMASSAM.	M2	195,04	13,30	2.594,03
12.04	PINTURA VERNIZ SOBRE ESQUADRIAS DE MADEIRA ALTO BRILHO 03 DEMAOS	M2	42,08	17,70	744,82
12.05	PINTURA ESMALTE SINTÉTICO SOBRE ESTRUTURA METÁLICA E PLATIBANDAS 02 DEMAOS - SEMI-BRILHO	M2	195,69	13,73	2.686,82
	SUB TOTAL				19.172,03
13	DIVERSOS				
13.01	GERAIS				
13.01.01	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	425,88	1,78	758,07
13.01.02	BARRA METÁLICA TUBO Ø40MM COM PINTURA ESMALTE SINTÉTICO DE APOIO PARA DEFICIENTES	M	3,20	28,00	89,60
13.01.03	FORRO DE PVC	M2	112,84	37,55	4.237,14
13.01.04	GUARDA CORPO EM TUBOS DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2"	M2	28,22	186,58	5.265,29
13.01.05	DIVISÓRIAS EM GRANITO POLIDO esp. 2,0cm	M2	16,14	320,00	5.164,80
	SUB TOTAL				15.514,90
14	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
14.01	ENGENHEIRO OU ARQUITETO /PLENO - DE OBRA	H	40,00	74,42	2.976,80
14.02	FEITOR OU ENCARREGADO GERAL	MÊS	2,00	1.700,00	3.400,00
	SUB TOTAL				6.376,80
	SUB TOTAL GERAL				77.494,88
	B. D. I.	26,45%			20.497,40
	TOTAL GLOBAL DA OBRA				97.992,28

CNPJ: 01.809.474/0001-41

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBJETO: AMPLIAÇÃO DO BALNEÁRIO CÓRREGO PRAIA.

OBRA: CONSTRUÇÃO DE PALCO DE SHOWS EM NATIVIDADE

LOCAL: NATIVIDADE-TO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL C/ B.D.I	%	MÊS 01		MÊS 02	
					%	VALOR	%	VALOR
07	ESQUADRIAS COM FERRAGENS	15.428,36	19.509,16	19,91%	100,00%	19.509,16		
08	REVESTIMENTO	4.180,83	5.286,66	5,39%	100,00%	5.286,66		
09	INSTALAÇÃO HIDRÁULICA E SANITÁRIA	6.855,51	8.668,79	8,85%	100,00%	8.668,79		
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8.856,42	11.198,94	11,43%			100,00%	11.198,94
11	PAVIMENTAÇÃO	1.110,04	1.403,64	1,43%			100,00%	1.403,64
12	PINTURA	19.172,03	24.243,04	24,74%	26,30%	6.375,92	73,70%	17.867,12
13	DIVERSOS	15.514,90	19.618,59	20,02%	28,00%	5.483,20	72,00%	14.125,38
14	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	6.376,80	8.063,46	8,23%	50,00%	4.031,73	50,00%	4.031,73
TOTAL			97.992,28		50,38%	49.365,47	49,62%	48.626,81
TOTAL GERAL					50,38%	49.365,47	100,00%	97.992,28



CNPJ: 01.809.474/0001-41

**ANEXO - III
TOMADA DE PREÇO N.º 008/2018.**

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º ____/2018.

Contrato de prestação de serviços que entre si fazem, de um lado o Município de Natividade Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob N.º 01.809.474/0001-41, neste ato representado pela sua atual Prefeita a Senhora MARTINHA RODRIGUES NETO, brasileira, portadora do CPF: 439.511.981-68 com residência física neste Município de Natividade - TO, aqui denominada simplesmente CONTRATANTE, de outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º/.....-..., com sede à, na Cidade de, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo nomeadas, firmam o presente contrato, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, e suas alterações, a legislação que rege a espécie, atendidas as cláusulas, condições e edital da Tomada de Preço n.º 008/2018, que se anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

contratação de empresa para a conclusão da obra de ampliação do balneário córrego da praia neste Município de Natividade – TO, conforme Contrato de Repasse n.º 0301274-72/2009, de acordo com as especificações contidas no anexo II (Termo de Referência) deste edital, em virtude da demanda existente, junto a Secretária Municipal de Turismo e Cultura, sendo que as planilhas orçamentárias foram devidamente anexadas no presente edital do certame no Edital da Tomada de Preço n.º 008/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – RECURSOS:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária em vigor: _____ - _____ e Elemento de Despesas: _____ – _____.

CLÁUSULA TERCEIRA – SERVIÇOS:

A Empreiteira obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, atendendo rigorosamente a planilha de custos anexas no presente Contrato, além de fornecer todos os equipamentos e mãos-de-obra necessárias até a entrega dos serviços totalmente executados.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO:

Para a execução dos serviços contratados, o contratante pagará a contratada a importância no valor global de R\$: (.....), devendo ser discriminado a alíquota do imposto incidente sobre os serviços, bem como uma composição dos diversos componentes tributários dos serviços executados, de acordo com a tabela vigente no País.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO:



CNPJ: 01.809.474/0001-41

Os pagamentos dos serviços, objeto do contrato serão realizados após o laudo de medição emitido e atestado pelo responsável técnico da fiscalização dos serviços da Prefeitura Municipal de Natividade - TO.

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

Os pagamentos serão efetuados com apresentação da medição aprovada referente ao andamento da obra.

CLÁUSULA SÉTIMA – CERTIDÕES:

As demais medições serão liberadas com apresentação Guia de Recolhimento junto ao INSS referente ao mês anterior à solicitação do pagamento e a medição final contra apresentação do CND, junto ao INSS e a Certidão do FGTS.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Natividade – To, acompanhará, supervisionará e fiscalizará através de preposto, a execução dos serviços contratados, dentro da planilha orçamentária que são partes integrantes deste Contrato, observadas, rigorosamente, as seguintes condições:

- a) Identificação da obra, através da placa da respectiva obra, antes de iniciar os serviços devendo, para tanto, respeitar o Manual de Programação da Prefeitura Municipal de Natividade – To;
- b) Manter, durante todo o período de execução dos serviços, em local visível, a placa de identificação da contratada, constando a razão social, os nomes dos seus responsáveis técnicos e endereço da empresa;
- c) Manter o seu pessoal, operário ou não, com fardamento e usando equipamento de proteção individual, capaz de identificá-los, bem como a contratada;
- d) Cumprir a Legislação Trabalhista, Previdenciária, de Educação, Higiene e Segurança do Trabalho e o fiel cumprimento do Art. 87, parágrafo único que estabeleceu:

“Art. 87 – É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo Único – Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha claramente visível de dia e luminosa à noite. (O grifo é nosso).”

- e) Manter sinalizada e sempre limpa a área de execução dos serviços, principalmente remoção dos expurgos; devendo ser evitado corte de árvores que não prejudiquem o normal andamento do trabalho da Prefeitura Municipal de Natividade – To;
- f) Quando da execução de demolições, serão necessários o emprego de métodos adequados para a proteção contra danos às propriedades vizinhas, aos operários e transeuntes;
- g) O entulho deverá ser removido para local próprio e adequado, de responsabilidade da contratada, a cada 07 (sete) dias, ou a critério da fiscalização, com total limpeza do local da obra;



CNPJ: 01.809.474/0001-41

h) A contratada se obrigará a corrigir quaisquer defeitos na execução das obras e serviços, objeto do contrato, bem como, será responsável pelos danos causados a Prefeitura Municipal e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão;

CLÁUSULA NONA – PRAZO:

O prazo máximo para a execução dos serviços objeto deste Contrato é de 60 (sessenta) dias, e o prazo máximo para iniciar a execução da obra é de até 05 (cinco) dias, ambos os prazos contados a partir da data da expedição e recebimento da Ordem do Serviço emitida pela Prefeitura Municipal de Natividade, Estado do Tocantins.

CLÁUSULA DÉCIMA – REGRAS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA:

A contratada deverá durante a execução dos serviços objeto deste contrato, fornecer vestimentas adequadas (inclusive fardamentos) aos trabalhadores, em cumprimento ao que determina a N.R.6 – Equipamentos de Proteção Individual EPI, aprovada pela portaria n.º 3.214 de julho de 1978.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES:

O não cumprimento dos prazos de início e entrega da obra, sujeitará a contratada às seguintes multas:

A – De 0,5% (cinco décimo por cento) sobre o valor global dos serviços, por dia de atraso no início da execução dos trabalhos.

B – Multa de 1% (um por cento) sobre o valor global dos serviços, por dia que exceder o prazo contratual para a conclusão.

C – Multa de 0,5 % (cinco décimo por cento) sobre o valor Global dos serviços, por infração de qualquer Cláusula ou obrigação contratual, cobrada esta cumulativamente com qualquer outra devida em decorrência e outras infrações cometidas.

D – Multa simples moratória, correspondente a 10% (dez por cento) do valor global dos serviços, na hipótese na rescisão do contrato sem prejuízo responsabilidade Civil ou Criminal incidente e da obrigação de indenizar as perdas e danos a que de der causa.

E – Suspensão do direito de licitar e de contratar por prazo de até 05 (cinco) anos, segundo a natureza e a gravidade de falta cometida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO:

Na ocorrência de infração pela contratada a quaisquer das cláusulas deste contrato a mesma considerará rescindido o presente instrumento, independente de aviso prévio pela Prefeitura Municipal de Natividade – To, ficando a Empreiteira sujeita a cobrança pelo rito de executivo fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:



CNPJ: 01.809.474/0001-41

O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório Tomada de Preço n.º 008/2018.

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Natividade, Estado do Tocantins.

E, por estarem assim de acordo assinam o Presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Natividade - To, _____ de _____ de 2018.

Contratante: **MARTINHA RODRIGUES NETO**
Prefeita Municipal

Contratada: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**
CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

NOME :

C.P.F. :

NOME :

C.P.F. :



CNPJ: 01.809.474/0001-41

**ANEXO - IV
TOMADA DE PREÇO N.º 008/2018.**

CARTA CREDENCIAL PARA REPRESENTANTE.

_____ - ____, _____ de _____ de 2018.

Ao Senhor;
WILLIAN DIAS FURTADO;
Presidente da Comissão Permanente de Licitação;
Natividade – TO.

REF: Proposta Objeto da Tomada de Preço N.º 008/2018.

O abaixo assinado, na qualidade responsável pela empresa _____ vem pela presente, informar a Vossa Senhoria, que o Sr. _____, Inscrito no CPF n.º _____, é a pessoa credenciada para nos representar, inclusive com poderes para renunciar ao direito de interposição de recursos em qualquer fase da licitação em epígrafe (anexar procuração quando for o caso).

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: _____



CNPJ: 01.809.474/0001-41

**ANEXO V
TOMADA DE PREÇO N.º 008/2018.**

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA AO LOCAL DA OBRA.

Declaramos pra fins de habilitação na licitação Tomada de Preço nº 008/2018, da Prefeitura Municipal de Natividade – TO, no qual será julgada sob o regime de empreitada pelo menor preço global, que tem por objetivo a contratação de empresa para a conclusão da obra de ampliação do balneário córrego da praia neste Município de Natividade – TO, conforme Contrato de Repasse nº 0301274-72/2009, de acordo com as especificações contidas no anexo II (Termo de Referência) deste edital, em virtude da demanda existente, junto a Secretária Municipal de Turismo e Cultura, sendo que as planilhas orçamentárias esta devidamente especificada no anexo II do presente edital do certame, e que o Senhor _____ (Profissão), portador do registro no CREA nº _____, esta representando a empresa _____, na qualidade de seu responsável Técnico, compareceu nesta data em Natividade, Estado do Tocantins, e visitou o local de Execução dos serviços que ira ser licitado, recebeu todas as informações necessárias e essenciais pra a elaboração de proposta para a licitação ora referida.

E para que surtam os legais e jurídicos efeitos, emitimos a presente DECLARAÇÃO.

....., de de 2018.

XXXXXXXXXXXXXX
Representante da Prefeitura

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CREA: _____.
Representante da Empresa.



CNPJ: 01.809.474/0001-41

**ANEXO - VI
TOMADA DE PREÇO N.º 008/2018.**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ n° _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades legais, para fins do disposto no § 2º, art. 32, da Lei 8.666/93, que até a presente data inexistente fato impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências posteriores.

_____ - _____, _____ de _____ de _____.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: _____



CNPJ: 01.809.474/0001-41

**ANEXO - VII
TOMADA DE PREÇO N.º 008/2018.**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades legais, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21/06/1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27/10/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____ - _____, _____ de _____ de _____.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: _____



CNPJ: 01.809.474/0001-41

ANEXO - VIII
TOMADA DE PREÇO N.º 008/2018.

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara que tomou conhecimento das informações, condições, local, do regime de execução dos serviços e, ainda, que recebeu todos os documentos necessários para o cumprimento das obrigações objeto do Edital Tomada de Preços 008/2018, cujo objetivo e a contratação de empresa para a conclusão da obra de ampliação do balneário córrego da praia neste Município de Natividade – TO, conforme Contrato de Repasse nº 0301274-72/2009.

_____ - _____, _____ de _____ de _____.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: _____



CNPJ: 01.809.474/0001-41

ANEXO - IX
TOMADA DE PREÇO N.º 008/2018.

CREDENCIAL PARA VISITA TÉCNICA

O Senhor;
WILLIAN DIAS FURTADO;
Presidente da Comissão Permanente de Licitação;
Natividade – TO.

REF: Proposta Objeto da Tomada de Preço N.º 008/2018.

O abaixo assinado, na qualidade responsável pela empresa _____ vem pela presente, informar a Vossa Senhoria, que o (a) Senhor (a) _____, (profissão)_____, inscrito no CREA n° _____ está credenciado por esta empresa a efetuar a visita ao local onde serão executados a conclusão da obra de ampliação do balneário córrego da praia neste Município de Natividade – TO O, conforme Contrato de Repasse n° 0301274-72/2009, devendo tomar conhecimento de todos os aspectos que possam intervir direta ou indiretamente na realização da obra objeto da presente licitação.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: _____



CNPJ: 01.809.474/0001-41

ANEXO - X
TOMADA DE PREÇO Nº 008/2018.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e de CPF nº DECLARA, para fins do disposto no Edital do Tomada de Preço nº 008/2018, que tem o objetivo da contratação de empresa para a conclusão da obra de ampliação do balneário córrego da praia neste Município de Natividade – To, conforme Contrato de Repasse nº 0301274-72/2009, de acordo com as especificações contidas no anexo II (Termo de Referência) deste edital, em virtude da demanda existente, junto a Secretária Municipal de Turismo e Cultura, de acordo com as planilhas orçamentárias especificados no presente edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº 123/12006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante e ter a assinatura do representante legal.

_____ - _____, _____ de _____ de _____.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: _____



CNPJ: 01.809.474/0001-41

ANEXO - XI
TOMADA DE PREÇO Nº 008/2018.

DECLARAÇÃO NÃO POSSUI SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(Artigo 17, inciso XI da Lei 13.473/2017)

O Senhor;
WILLIAN DIAS FURTADO;
Presidente da Comissão Permanente de Licitação;
Natividade – To.

A empresa _____, inscrita no CNPJ: _____, estabelecida na _____(endereço completo), através de seu representante legal o(a) Senhor(a) _____, inscrito no CPF: _____ e RG: _____, Declara para os devidos fins e de acordo com o disposto no artigo 17, inciso XI da Lei 13.473/2017, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, em atendimento à vedação citada.

Por ser verdade firmo a presente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: _____
Nome e cargo do representante legal



CNPJ: 01.809.474/0001-41

**ANEXO - XII
TOMADA DE PREÇO Nº 008/2018.**

DECLARAÇÃO NÃO POSSUI SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(Artigo 18, inciso XII da Lei 13.408/2016)

O Senhor;
WILLIAN DIAS FURTADO;
Presidente da Comissão Permanente de Licitação;
Natividade – TO.

A empresa _____, inscrita no CNPJ: _____, estabelecida na _____(endereço completo), através de seu representante legal o(a) Senhor(a) _____, inscrito no CPF: _____ e RG: _____, Declara para os devidos fins e de acordo com o disposto no artigo 18, inciso XII da Lei 13.408/2016, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, em atendimento à vedação citada.

Por ser verdade firmo a presente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: _____
Nome e cargo do representante legal